Considerações finais

Rosileia Lucia Nierotka
Joviles Vitório Trevisol

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

NIEROTKA, R.L., and TREVISOL, J.V. Considerações finais. In: *Ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2019, pp. 158-163. ISBN: 978-65-5019-009-5.

<https://doi.org/10.7476/9786550190071.0006>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O presente não é mais do que uma pequena fatia de futuro agarrada
a uma pequena fatia de passado, sendo as dimensões das fatias
determinadas arbitrariamente pelo sujeito.*

Carlo M. Cippola

O objetivo do livro foi apresentar uma contribuição acerca das políticas de acesso e as ações afirmativas implementadas pela UFFS e, de modo mais específico, compreender como tais políticas contribuem para o processo de democratização da educação superior pública brasileira.

Ao fazer um percurso histórico, buscou-se compreender a educação superior a partir do contexto das desigualdades sociais que marcam a história do Brasil, desde as suas origens. A educação, de uma forma geral, ganhou um maior impulso com o processo da industrialização e urbanização no Brasil e foi se desenvolvendo com uma estratégia para atender os interesses econômicos e de preparação de mão-de-obra para a indústria nascente. Foi a partir da década de 1920 que surgiram as primeiras organizações em forma de Universidade, com um caráter meritocrático e excludente de acesso por meio de vestibulares e princípios voltados fortemente para a formação profissional. Nas décadas posteriores, a expansão da educação superior foi marcada por legislações educacionais, que, em geral, reproduziam as desigualdades sociais em favor de uma elite dominante. O acesso à educação superior manteve-se por muito tempo como

um privilégio de poucos, enquanto que para a maioria bastava o acesso à educação primária.

Outra característica da educação superior brasileira é o seu caráter privatista, seguido por uma lógica de mercado que trata a educação não como um bem público, mas como um bem mercadológico. Essa visão empresarial na educação se desenvolveu, principalmente, a partir da década de 1960, sob a égide dos governos militares no Brasil, que priorizaram a expansão da educação superior pelo viés privado e, com um cunho tecnicista, voltada para as elites dirigentes. Com o processo de abertura política e aprovação da Constituição Federal de 1988, a educação é reconhecida como um direito do Estado e as universidades avançam num processo de maior autonomia.

A década de 1990 é marcada pela retomada da lógica privatista na educação superior e pelas reformas neoliberais que diversificaram as possibilidades da oferta da educação superior na lógica de mercado e num contexto global e competitivo. Ocorreu nesse período um menor investimento governamental nas IES públicas e uma expansão das matrículas de ensino superior nas IES privadas, acelerando a dinâmica das desigualdades sociais e educacionais.

No início do século XXI, principalmente nos governos de Lula e de Dilma, houve uma retomada da valorização da educação superior, principalmente a pública, embora os índices da educação superior privada continuem crescentes. Parte-se para um processo de maior democratização da educação superior e inclusão social, por meio de políticas voltadas para a ampliação do acesso e da permanência.

Os governos das décadas mais recentes, investiram, principalmente, na interiorização, na criação de novas IES públicas e nas ações afirmativas para a educação superior. Várias políticas como o PROUNI, o REUNI, o PNAES, o ENEM, o FIES e, mais recentemente, a Lei nº 12.711/2012, foram fundamentais para que um maior contingente populacional tivesse acesso à educação superior, chegando em 2013, com um percentual de

cerca de 30% da população. A agenda governamental vem priorizando a ampliação da educação em todas as etapas, embora as metas previstas nos planos nacionais de educação sejam ainda mais ousadas.

As políticas de ações afirmativas possuem um importante papel no processo de democratização da educação superior e na redução das desigualdades sociais e raciais que marcaram a sociedade brasileira desde a sua origem. Fruto de uma luta histórica de mais de treze anos, a recente “Lei das Cotas”, cujos resultados estão sendo avaliados, constitui uma política pública, na medida que obriga todas as IES brasileiras a implementar ações afirmativas em suas políticas de acesso.

É nesse contexto da democratização e interiorização das IES públicas e no âmbito do REUNI que se insere a Universidade Federal da Fronteira Sul. Seu processo de criação é considerado como singular e “*sui generis*”, no âmbito das demais IES públicas brasileiras, por tratar-se de uma experiência que partiu de “baixo para cima”, da luta dos movimentos sociais, a partir de uma demanda histórica por educação superior pública na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

Desde o início, a UFFS optou por um projeto institucional de caráter popular e inclusivo, buscando atender jovens das camadas populares, oriundos da escola pública. Ao olhar para suas políticas de acesso, é possível constatar o caráter inovador da UFFS, pois se aproxima e vai além do que é estabelecido pela “Lei das Cotas”. Ressaltam-se, inicialmente, como características inovadoras nas políticas de acesso da UFFS, o ingresso pelo ENEM e a bonificação da escola pública, durante os três primeiros anos. Esse momento histórico permitiu que mais de 90% dos seus estudantes fossem oriundos da escola pública.

A aprovação da Lei nº 12.711/2012 foi importante para que a UFFS pudesse aprimorar suas políticas de acesso, pois, a partir da obrigatoriedade, destinou ações afirmativas também para estudantes com baixa renda e para pretos, pardos e indígenas.

É importante destacar que, ao implementar essa legislação, e de forma integral, a UFFS não reservou apenas 50% de suas vagas para estudantes oriundos da escola pública, pois estaria, assim, regredindo. Adotou como critério para a reserva de vagas o mesmo percentual de estudantes que conclui o ensino médio na escola pública, conforme o último senso da educação básica de cada ano e para cada Estado em que estão localizados os *campi* da Instituição. Assim, sua reserva de vagas para a escola pública é superior a 85%, sendo o maior percentual dentre as IES públicas da Região Sul. Além disso, a UFFS criou ações afirmativas e políticas de acesso específicas destinadas a estudantes que estudaram parcialmente em escola pública, indígenas, haitianos, jovens oriundos de assentamentos rurais e deficientes.

Ao mapear as políticas de acesso e as ações afirmativas da UFFS, constata-se que são experiências ainda muito recentes, cujos resultados precisam ser avaliados, assim como os desafios que essas novas políticas apresentam, uma vez que tendem a ser inclusivas e se aproximar dos princípios do projeto institucional da Universidade.

Ao tomar como referência de análise o ano de 2012 e os 2.123 ingressantes naquele ano, cuja política de acesso foi a bonificação da escola pública, os dados do perfil socioeconômico revelaram que a maioria dos estudantes da UFFS são do sexo feminino (63,5%); 85,5% são autodeclarados brancos; e, quanto à faixa etária, 71,5% tem de 18 a 24 anos. A respeito da localização da moradia, 73,2% residem na área urbana e 26,8% na área rural. A maioria é procedente da região em que a UFFS está instalada, a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

Os dados ainda demonstram que os 69,3% dos ingressantes são provenientes de famílias com renda familiar de até três salários-mínimos. Trata-se, também, de estudantes trabalhadores: 57,4% indicaram trabalhar quando efetuaram a sua inscrição para o ingresso na UFFS e, desse grupo, a maioria indicou ter iniciado suas atividades laborativas entre os 14 e os 18 anos de idade (68,2%).

Ao analisar a trajetória escolar, constatou-se que 97,4% cursaram todo ou a maior parte do ensino médio na escola pública, o que permite afirmar que o objetivo da política de bonificação da escola pública foi alcançado com êxito. Esse resultado se destaca entre as demais IES brasileiras, que, aos poucos, passarão a modificar suas realidades, principalmente a partir da obrigatoriedade exigida pela “Lei das Cotas”. Trata-se de um importante indicador para a redução das desigualdades educacionais, pois tradicionalmente a maioria dos estudantes egressos das escolas públicas representavam uma minoria nas universidades públicas.

Ao ter presente a matrícula dos estudantes na UFFS, após dois anos do seu ingresso, identificou-se que a maioria permanece com a matrícula ativa, embora também seja preocupante o percentual de desistentes (33,9%), manifestado em apenas dois anos. O tipo mais comum de desistência registrado é a matrícula cancelada. Entre os *campi* da UFFS, Laranjeiras do Sul e Chapecó registram os maiores percentuais de estudantes desistentes, acima da média da UFFS, 39,9% e 36,6%, respectivamente.

Entre os cursos, observou-se que os maiores índices de permanência estão nos cursos de Enfermagem, Medicina Veterinária e Agronomia. Os percentuais dos que menos permanecem na Instituição estão vinculados aos cursos de Ciências Sociais, Interdisciplinar em Educação do Campo e Engenharia de Aquicultura.

As mulheres são as que mais permanecem nos cursos de graduação da UFFS, e esse dado se aproxima com a situação de que as mulheres possuem maior escolaridade em relação aos homens.

O estudo sobre a situação das matrículas permitiu visualizar algumas características gerais entre os estudantes que permaneceram ou desistiram da UFFS, porém, reconhece-se como um limite não ter sido possível verificar quais motivos levam os estudantes a desistir da UFFS e os índices de reprovação entre os que permanecem.

Ao relacionar as políticas de acesso à situação de permanência dos estudantes na UFFS, num período de apenas dois anos, depara-se com um

questionamento: está havendo novos processos de exclusão no âmbito da inclusão socioeducacional da Instituição?

Aponta-se, também, como um desafio a necessidade de valorização dos diferentes saberes presentes na UFFS, diante da diversidade do seu alunado, principalmente a partir da implementação da Lei nº 12.711/12 e das novas políticas de acesso e ações afirmativas. O majoritário perfil de uma elite branca que historicamente dominou o espaço universitário está sendo modificado pelo acesso de novos grupos, que permaneceram por muitos anos alijados desse processo: estudantes das camadas populares, egressos da escola pública, pretos, pardos, indígenas, deficientes.

Santos (2010, p. 76) chama a atenção para a prática da “ecologia de saberes” que implica “promoção de diálogos entre o saber científico ou humanístico, que a universidade produz, e saberes leigos, populares, tradicionais, urbanos, camponeses, provindos de culturas não ocidentais (indígenas, de origem africana, oriental etc.) que circulam na sociedade”.

Por fim, ao tomar a UFFS como objeto de estudo permitiu-se considerar que as suas políticas de acesso e ações afirmativas contribuem para a democratização da educação superior pública brasileira. Porém, não se pode desconsiderar que se trata de universidade ainda muito jovem e que a sua construção está permeada de muitos desafios e questionamentos, para que, de fato, possa consolidar-se como uma universidade inclusiva, com uma educação pública e de qualidade.